



Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA NONA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, EM 25-03-2025

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e quatro minutos, reuniu-se na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Aldacir Oliboni, Atena Roveda, Cláudia Araújo, Gilvani o Gringo e Hamilton Sossmeier. Também esteve presente no evento a vereadora Natasha Ferreira. Em prosseguimento, a senhora Vice-Presidente, vereadora Cláudia Araújo, assumiu a presidência dos trabalhos e comunicou justificativa de falta da vereadora Psicóloga Tanise Sabino, a qual se encontrava em Seminário de Saúde Mental em São Paulo (SP), conforme SEI nº 215.00052/2025-08. Constatada a existência de quórum a senhora Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, as Atas nº 07/25 (ordinária) e nº 08/25 (extraordinária) foram aprovadas com dispensa de leituras. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Atena Roveda, a Indicação o nº 027/25 (Processo nº 0492/25). Acrescenta-se, ainda, que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia dezanove de março do corrente, o Parecer nº 012/25 (Projeto de Lei do Legislativo nº 226/24 – Processo nº 0462/24), de autoria da vereadora Cláudia Araújo; no dia vinte de março do corrente, o Parecer nº 013/25 (Indicação nº 016/25 – Processo nº 0353/25), de autoria da vereadora Atena Roveda; e, no dia vinte e quatro de março do corrente, os Pareceres nº 014/25 (Indicação nº 009/25 – Processo nº 0248/25), de autoria do vereador Gilvani o Gringo, e nº 015/25 (Indicação nº 021/25 – Processo nº 0416/25), de autoria da vereadora Atena Roveda. Dando prosseguimento, a senhora Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Águas dos mananciais até a chegada nas torneiras: qualidades e consequências segundo os dados do Dmae”, e, de imediato, destacou as presenças dos senhores Joicinelis Becker, diretora de tratamento de água e esgotos do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae); Vanessa Venturi gerente de tratamento de água do Dmae; Salatiel Wohlmuth da Silva, professor e pesquisador do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH); Alex Lamas, diretor da vigilância sanitária da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Bruno Vanuzzi, diretor-presidente do Dmae, e Marcos Hahn Calvete, químico do Dmae. A seguir, a senhora Presidente, a vereadora Psicóloga Tanise Sabino, efetuou considerações gerais sobre o assunto a ser debatido e passou a palavra ao proponente da pauta e demais integrantes da Mesa e plateia para as suas manifestações. O vereador Gilvani o Gringo, proponente da pauta, destacou sua experiência de trinta anos na área ambiental e a importância de lutar pela qualidade da água para a saúde da população. A senhora Presidente passou a palavra à Joicinelis Becker, que agradeceu a oportunidade e ressaltou a visão integrativa necessária, mencionando a importância dos comitês de bacia. Ela explicou que o Lago Guaíba é um sistema vivo afetado pelos afluentes Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí e que as enchentes de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro aumentaram a turbidez devido ao arraste de solo. Apesar das alterações, nenhuma comprometeu o tratamento ou a saúde. Sobre as reclamações de gosto e odor no verão, ela informou que são causadas por substâncias produzidas por microrganismos em ambientes aquáticos e que o Dmae utiliza dióxido de cloro e carvão ativado para controlá-las. Ela mencionou problemas persistentes com a qualidade do Rio Gravataí e a necessidade de governança intermunicipal. Para o ano de dois mil e vinte e cinco, há planos de testar o uso de ozônio e outras técnicas de tratamento da água. Em seguida, Vanessa Venturi, gerente de tratamento de água, complementou sobre o rigoroso monitoramento da qualidade da água realizado diariamente em diversos pontos da cidade, com dados publicados mensalmente no site do Dmae. Ela enfatizou o controle nas estações de tratamento com análises frequentes desde a saída das unidades filtrantes e a busca constante pela antecipação à legislação. Sobre o saneamento básico, ela considerou o Brasil e o Rio Grande do Sul atrasados no tratamento de esgoto e mencionou a dificuldade de atingir as metas do novo marco legal. Ela apontou a falta de conscientização da população e as ligações clandestinas como problemas. Ela destacou a importância da integração do saneamento entre os municípios, já que o esgoto de municípios a montante afeta Porto Alegre. Após, o vereador Aldacir Oliboni questionou sobre a fiscalização sistemática dos municípios com afluentes que desembocam no Guaíba. Vanessa Venturi respondeu que alguns comitês de bacia são mais ativos que outros e que o Ministério Público tem atuado para obrigar os municípios a tomarem atitudes, inclusive com sanções. A seguir, o senhor Salatiel Wohlmuth da Silva complementou sobre a complexidade do saneamento, mencionando o avanço com as obras do Programa Integrado Socioambiental (Pisa) em Porto Alegre, mas ressaltando o atraso no esgotamento sanitário no Brasil. Ele reforçou a importância da conscientização e das políticas públicas e destacou a relação entre esgoto não tratado e a floração de algas no Guaíba. Ao final, ele disponibilizou o IPH para estudos e parcerias em escalas laboratorial e piloto. Em prosseguimento, o senhor Alex Lamas, diretor da vigilância sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, elogiou o tema e destacou a importância histórica da água para a saúde pública e o conceito de saúde única. Ele mencionou a atuação do Ministério da Saúde na definição de padrões de potabilidade através de portarias. Ele explicou que a vigilância sanitária realiza análises próprias e contrata análises mais complexas para monitorar a qualidade da água. Ele ressaltou a importância do olhar para a bacia hidrográfica e a interligação com outras regiões. Ele informou sobre o monitoramento de esgoto para o vibrião colérico e a preocupação com a destinação adequada de resíduos. Ele destacou os trinta anos de monitoramento do flúor na água de Porto Alegre. Para finalizar, ele apontou os novos desafios dos microplásticos, medicamentos e agrotóxicos e a necessidade de debate sobre esses temas. Em relação a recursos, ele mencionou o fortalecimento do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo

Humano (Vigiagua) e do Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres (Vigidesastres) e a importância da manutenção do corpo técnico. A vereadora Cláudia Araújo questionou sobre a regulamentação administrativa do Dmae para melhorar o trabalho das equipes externas e reduzir o número de cavaletes na cidade e sobre o projeto de alargamento do estreitamento da Lagoa dos Patos e o desassoreamento. Ela também questionou sobre o orçamento do Dmae e da vigilância sanitária para enfrentar os desafios. A vereadora Atena Roveda refletiu sobre a necessidade de divulgação científica e o investimento em tecnologia para controlar a natureza e questionou sobre o orçamento aplicado no Dmae e na Vigilância Sanitária após as enchentes. A vereadora Natasha Ferreira questionou Bruno Vanuzzi sobre a alegada intenção de privatização do Dmae pelo prefeito Sebastião Melo, citando reportagens na mídia, e sobre a aparente contradição com a afirmação de que não haverá privatização. Ela criticou a retirada do poder de deliberar do conselho do Dmae e a busca de financiamento em banco público para empresas privadas, comparando com o processo da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). Ela questionou o plano do Dmae para a recuperação pós-enchente e reafirmou a luta para que o Dmae continue público. O senhor Marcos Hahn Calvete, químico do Dmae, destacou a excelência do Dmae no tratamento de esgoto e o monitoramento do Lago Guaíba ao longo de muitos anos. Ele expressou preocupação com a redução do número de servidores no Dmae ao longo dos anos. Dando continuidade, o senhor Bruno Vanuzzi, diretor presidente do Dmae, expressou satisfação com o nível do debate e informou que o Dmae utiliza um composto de alumínio menos poluente. Ele falou sobre a necessidade de projetar novos métodos de tratamento, como membranas e ozônio, e a importância do saneamento, incluindo drenagem. Ele detalhou a captação de água na foz do Jacuí e Gravataí e a poluição do Gravataí, mencionando a contribuição de Porto Alegre para essa poluição. Ele informou sobre medidas tomadas pelo Dmae, como solicitação de novas contratações e prorrogação de contratos temporários. Ele reafirmou a alta qualidade da água produzida pelo Dmae, apesar de problemas no esgotamento sanitário e manutenção de adutoras. Ele mencionou um projeto de modernização das estações de tratamento de água (ETAs) para uso de ozônio e tratamento de lodo. Ele relatou que o Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) foi incorporado ao Dmae em dois mil e dezenove, aumentando suas responsabilidades para incluir drenagem urbana e proteção contra cheias, o que gerou desafios e subplanejamento em alguns setores. Ele detalhou a proposta de reforma administrativa do Dmae para criar diretorias específicas para água, esgoto, drenagem e proteção contra cheias. Em resposta a questionamentos sobre privatização, ele enfaticamente afirmou que o Dmae não está sendo privatizado e não será privatizado, sendo juridicamente impossível por ser uma autarquia, e que os servidores têm seus cargos assegurados. Ele também mencionou a existência de tarifa social e outras formas de gratuidade nos serviços do Dmae. Sobre o alargamento do canal de ligação com a Lagoa dos Patos, informou que o estado do Rio Grande do Sul está realizando o alargamento do canal vindo de Itapuã. Ele detalhou as ações de curto, médio e longo prazo para a proteção contra cheias, inspiradas no relatório holandês encomendado pelo município. Ele ressaltou a importância do Dmae no novo sistema de proteção contra cheias de Porto Alegre. Sobre a nova estrutura administrativa, ele esclareceu que visa melhorar a coordenação e priorização das ações em água, esgoto e drenagem. Em relação aos problemas de contas, informou que um novo programa de gestão deve ficar pronto em abril e que será proposto um refinanciamento para os usuários. Ele informou que foram gastos cento e cinquenta milhões de reais em esforço imediato durante a enchente de dois mil e vinte e quatro, além de concessão de isenções de tarifas. Comprometeu-se a buscar total transparência nos contratos e investimentos relacionados à reconstrução após as cheias. A seguir, o senhor Diego Porto Gracco, cidadão, relatou o problema recorrente de gosto e odor na água de Porto Alegre, independentemente das enchentes, e questionou o vereador Gringo sobre possíveis soluções. Após, o senhor Acir Luís Paloschi, do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, reivindicou a realização de concurso público para o Dmae devido à falta de funcionários e de expertise. Ele solicitou a retomada do tratamento da água da barragem do Sabão para abastecer a Lomba do Pinheiro e investimento na preservação das nascentes no Parque Saint-Hilaire. Ele afirmou que parcerização é o mesmo que privatização e defendeu o serviço público. Em relação à barragem da Lomba do Sabão, a senhora Joicineli Becker informou que o reuso está em estudo, mas a água é muito antropizada e a osmose reversa seria a única solução, com questões pendentes sobre a técnica e destinação de resíduos. Ela ressaltou que o projeto foi prejudicado pela inundação. Em seguida, o vereador Gilvani o Gringo manifestou preocupação com a qualidade da água e a situação dos mananciais e do saneamento, considerando a situação grave. Ele sugeriu a instalação urgente de pontos de água mineral granel nos bairros para consumo humano. Ele denunciou o recebimento de resíduos perigosos em estações de tratamento privatizadas e o lançamento de chorume não tratado no Rio Gravataí. Ele criticou a falta de fiscalização e sugeriu um teste prático da qualidade da água nas comunidades. Ele propôs o acompanhamento dos projetos e custos da proteção contra cheias. Ele informou que iria protocolar uma lei sobre a questão das águas e pediu ações urgentes para garantir a qualidade da água para a população. Em relação às denúncias, ele afirmou que irá levantar provas pontuais e cobrar fiscalização, envolvendo também o nível estadual. Ele mencionou irregularidades em empresas de coleta de resíduos. Ao final, ele informou que fará os encaminhamentos por escrito. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) formalização, por escrito, das denúncias apresentadas pelo vereador Gilvani o Gringo; 2) realização de divulgação mais ampla, por parte do Dmae, do controle de qualidade da água realizado no município e 3) criação de legislação, de autoria do Poder Executivo, para prevenir garantir a conexão segura de novos empreendimentos e construções com a rede de água e esgoto, evitando ligações clandestinas. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pela senhora Presidente, vereadora Psicóloga Tanise Sabino.



Documento assinado eletronicamente por **Tanise Amalia Pazzim, Vereador (a)**, em 11/04/2025, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0873975** e o código CRC **CBB9F681**.

